COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 2.611, DE 2015

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir a possibilidade de adaptação das outorgas do Serviço de TV por Assinatura – TVA, criado pelo Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988, para serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Autor: Deputado Marcos Soares

Relator: Deputado Jorge Tadeu Mudalen

I – RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 2.611, de 2015, de autoria do Deputado Marcos Soares, que trata de alterações na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir a possibilidade de adaptação das outorgas do Serviço de TV por Assinatura – TVA para serviços de radiodifusão de sons e imagens.

O texto altera o art. 37 da referida lei para inserir os parágrafos 11-A e 11-B. Esses parágrafos estabelecem uma regra de transição para as atuais outorgas de TVA, que poderiam ser adaptadas para a prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens nas condições estabelecidas na regulamentação do Ministério das Comunicações, permanecendo, neste caso, vigentes os atos de autorização de uso de radiofrequência associados pelo prazo remanescente da outorga, contado da data de vencimento de cada outorga individualmente. Além disso, preveem que a adaptação será submetida à aprovação do Congresso Nacional mediante Decreto Legislativo para efeitos

dos arts. 222 e 223 da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A proposição foi distribuída para exame de mérito à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, conforme artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ademais, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deve se pronunciar quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria, conforme o artigo 54, do RICD.

Durante o prazo regimental de cinco sessões para apresentação de emendas nesta Comissão, nenhuma emenda foi apresentada.

Encontra-se ainda em apenso ao texto principal o Projeto de Lei nº 3.490, de 2015, de autoria do Deputado João Rodrigues, que altera a Lei do Serviço de Acesso Condicionado permitindo a renovação das concessões vigentes para o serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.611, de 2015, de autoria do Deputado Marcos Soares, preocupa-se com o futuro das outorgas do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA. O serviço de TVA trata da distribuição de sinais de sons e imagens por meio de um único canal em UHF, que, parte do tempo, se mantém aberto ao público em geral, como a radiodifusão, e, em outra parte do tempo, se mantém codificado, com acesso condicionado ao pagamento de assinatura. Assim, o serviço tem características híbridas, ora se aproximando de um serviço de telecomunicações e ora se aproximando do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

O disciplinamento trazido pela Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, Lei do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC, tratou especificamente do serviço de TVA nos parágrafos do art. 37. Resumidamente, a lei estabeleceu a possibilidade de adaptação das outorgas de TVA para o SeAC, bem como vedou a emissão de novas outorgas para esse serviço. O objetivo era eliminar as múltiplas possibilidades de outorga de serviços de TV

por assinatura, como o Serviço de TV a Cabo - TVC, o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite - DTH, o Serviço de Distribuição de Canais Multiponto Multicanal - MMDS e o próprio serviço de TVA, estabelecendo um regime único de prestação, independentemente da tecnologia utilizada. Com isso, há uma simplificação do ordenamento jurídico, bem como uma harmonização de tratamento entre as diversas possibilidades de execução do serviço.

Apesar de todos os méritos da Lei do SeAC, ela falhou em não reconhecer a natureza híbrida do sistema de TVA. De fato, alguns autores identificam essa característica ímpar da TVA, aduzindo que ela “permite que parte de sua programação seja transmitida sem codificação, como um canal comum de televisão aberta”¹. Com características tanto de sistemas por assinatura, como de sistemas abertos de radiodifusão, a lei deveria ter previsto a possibilidade de adaptação tanto para o novo regime do SeAC, quanto para o já estabelecido regime de serviços de radiodifusão de sons e imagens.

É justamente neste ponto que atua o Projeto de Lei nº 2.611, de 2015. Ele cria novos dispositivos que possibilitam a adaptação do serviço de TVA para o serviço de radiodifusão de sons e imagens, preocupando-se ainda com condicionantes específicas para a realização da atividade de radiodifusão, como a aprovação pelo Congresso Nacional e a participação de capital estrangeiro.

É, portanto, um projeto meritório, que visa suprir lacuna específica da Lei do SeAC. Com ele, é franqueada às atuais TVAs uma adaptação plenamente plausível e viável do ponto de vista técnico e histórico, dadas as semelhanças com o serviço de radiodifusão. Entendo, conseqüentemente, que o projeto traz benefícios à sociedade brasileira, incentivando investimentos e assegurando a continuidade de atividades importantes à coletividade.

Quanto ao apenso ao texto principal, o Projeto de Lei nº 3.490, de 2015, de autoria do Deputado João Rodrigues, propõe uma outra solução para a questão. A proposta é de que as atuais outorgas de TVA pudessem ser renovadas sucessivamente.

¹ Hobaika, Marcelo Bechara de Souza *et al.* Radiodifusão e TV Digital no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Fórum. 2007, p. 32.

Esse projeto, assim como o texto principal, reconhece a natureza híbrida e particular do serviço de TVA. Entretanto, ele permite a multiplicidade não transitória de regimes, o que vai de encontro ao espírito da Lei do SeAC. Desta forma, entendo que a solução apontada pelo Projeto de Lei nº 2.611, de 2015, endereça de maneira mais adequada a questão.

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.611, de 2015, e pela rejeição do apenso, Projeto de Lei nº 3.490/2015.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado JORGE TADEU MUDALEN

Relator